

26 JUN 1989

O caminho liberal

*Paulo Rabello de Castro
e Uriel de Magalhães*

Fala-se muito, atualmente, da conveniência de um choque liberal, como saída de emergência para a economia brasileira. É uma contradição. Se é choque, rápido e reversível, não é liberal. O que deve surgir é um processo, um caminho, de natureza liberal, de modificação do *status quo* da política econômica. Compreenderia algumas medidas imediatas e outras a serem deflagradas ao longo do tempo, numa sequência lógica, harmônica e articulada, ditada pela modulação política-social do país. Deve-se buscar a pacificação da alma nacional, não a sua violentação. Nada se muda sem alguma dor, mas a dor do povo não pode ser um objetivo em si mesmo.

A transformação da sociedade brasileira, de um regime de privação autoritária para um modo de participação livre, onde impera a criatividade em todos os campos, não deve acontecer senão pela vontade da maioria, explicitada, pelo menos, num Congresso efetivamente representativo dos anseios da população.

É tarefa para dez anos, não para dez dias ou dez meses. Implica, primariamente, na moralização da moeda como valor nacional máximo, ao qual se subordina, na prática, a própria bandeira nacional. A menos que se destine, a esta última, o triste fim de símbolo da derrota permanente de uma sociedade incapaz de dar estabilidade e rumo a seus próprios impulsos de prosperidade. Isso não se consegue de imediato. Mesmo com um Banco Central independente, as pressões políticas para a desestabilização do valor da moeda estarão sempre presentes. Serão muito mais a regra do que a exceção. Portanto, é preciso repensar o próprio sistema político.

co do país e, dentro dele, a sua transformação econômica.

O caminho liberal pressupõe, também, liberdade no câmbio e nas relações econômicas com o exterior. É o processo de se auto-impor a competição. Sem a qual advém a estagnação, o clientelismo interno e a democracia de fachada.

O caminho liberal exige, por outro lado, que a taxação das rendas se baseie em decisão do Congresso, isto é, no princípio da representação. Os parlamentares têm, também aí, tarefa hercúlea a realizar. A racionalização do sistema tributário do país é a única forma de trazer o Brasil submerso para dentro das fronteiras do Brasil formal. Nenhuma nação que almeja estágios mais avançados de convívio social pode pretender chegar lá à custa de manter uma organização de vida paralela. A sonegação fiscal, embora compreensível como reação ao achaque de alíquotas tributárias absurdas, compromete a capacidade de resposta do Estado a certos desafios de desenvolvimento, dos quais a brecha absoluta é o maior. Sem receita fiscal adequada e com gastos descontrolados, o Brasil velho nega, inadmissivelmente, oportunidade ao Brasil novo. Fica, então, o Brasil todo, sem vez no mundo e na história.

A tarefa política do próximo presidente é enorme. Governará, desde o primeiro dia, um país corroído pela inflação galopante, mal representado por um Congresso em fim de mandato e acudido por parlamentares tomados pelo medo de não-reeleição. Se for realmente um estadista, o presidente deverá iniciar sua gestão com parcimônia de intervenção e fome de conciliação. A ação deve ser suficiente e firme, para imprimir ritmo à transformação estrutural que terá pela frente, em tantas áreas ao mesmo tempo: impostos, estatais, serviços públicos, defesa, in-

fra-estrutura e Previdência. O espírito de conciliação deve vir da consciência de que as eleições de 1990 representarão uma nova oportunidade de diálogo com o povo e com os partidos.

O voto em 1990, este sim, poderá tornar-se o divisor de águas no processo de liberalização política e econômica no país. O povo, afinal, é quem fará as escolhas. Concedendo (ou não) legitimidade mais ampla ao presidente da República através do Congresso que elegerá. No ponto em que se encontra a Nação, as eleições para o Congresso, no próximo ano, se constituirão num verdadeiro *referendum* popular para a legitimação dos políticos enquanto grupo e da política através deles. E serão a ratificação do poder concedido previamente, nas urnas, ao próximo presidente.

São vários os desdobramentos desta perspectiva. Primeiro: o caminho liberal, para se realizar bem, só poderá ser trilhado em etapas. Não admite choque nem solavanco. É como uma peça musical que se vai desenvolvendo passo a passo.

Segundo: o povo é quem escolhe. Isto também será por etapas, num aprendizado político que não pode ser apressado nem, muito menos, interrompido, seja por que pretexto for.

Terceiro: a transformação liberal provém de uma convicção suprapartidária e supraideológica. Admite adesões de variadas origens como vem acontecendo. O caminho liberal começa na racionalidade econômica como parâmetro inegociável do desenvolvimento e completa-se num compromisso vivo e emocionado pelo bem comum.